

DEPOIMENTOS DE HISTORIADORAS: MEMÓRIA, REFLEXÃO E SENTIMENTOS ACERCA DE UM OFÍCIO EM CONSTRUÇÃO

HISTORIAN'S TESTIMONIALS: MEMORY , REFLECTION AND FEELINGS ABOUT A CRAFT IN CONSTRUCTION

Carmem Silvia da Fonseca Kummer Liblik

Doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná

[E-mail: carmemsfk@gmail.com](mailto:carmemsfk@gmail.com)

Resumo: Por meio de entrevistas realizadas com historiadoras universitárias brasileiras da segunda geração, procuramos neste artigo tecer algumas reflexões sobre o processo de construção da identidade do historiador com mediação da memória. Os relatos de vida oferecem registros dos percursos profissionais e intelectuais de mulheres que imprimiram suas marcas tanto no ensino universitário quanto na historiografia, evidenciando articulações possíveis entre o domínio institucional e a instância pessoal.

Abstract: Through interviews conducted with academic historians of Brazil's second generation, in this article we intend to reflect on the process of construction of the historian's identity using the mediation of memory. Life stories provide the records of professional and intellectual paths of women who imprinted their marks in both the university and in historiography, showing possible links between the institutional domain and personal instances.

Palavras-chave: memória; vida profissional; historiadoras.

Key-words: memory; professional life; historians.

Em 1996, o historiador Francisco Falcon publicou na Revista *Estudos Históricos*, o artigo chamado “A identidade do historiador”¹. Neste artigo, uma das preocupações centrais de Falcon é refletir a dificuldade de definir “quem é historiador e quem não o é”; e os embates que incidem no “fazer do historiador e o produto de tal fazer”. Alguns anos depois, em 2011, Falcon concede uma entrevista à revista *História da Historiografia*, onde apresenta a seguinte formulação para a questão da identidade do historiador: “acho que a obra é que define o caráter histórico ou não e quem produz uma obra que a comunidade, que a oficina da história

¹ FALCON, Francisco J. C. “A identidade do Historiador”. *Estudos Históricos*. Vol. 9, n. 17, 1996.

reconhece como obra de história, é também um historiador”². E naquele mesmo ano, lança, então, o livro intitulado *Estudos de Teoria da História e Historiografia*, cuja proposta, entre outras, visa discutir as condições de produção da escrita histórica. Trata-se de pensar os lugares sociais dos quais os historiadores partem para escrever a História, produzindo seus próprios discursos historiográficos.³

É notável a influência de Michel de Certeau nos direcionamentos desenvolvidos por Falcon nesta última análise. Em *Escrita da História*, Certeau define a obra histórica como aquela que é reconhecida como tal pelos pares, que pode ser situada num conjunto operatório de práticas e métodos. Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural que fundamenta as bases constituidoras do ofício do historiador. “É, pois, impossível analisar o discurso histórico independente da instituição em função da qual ele se organiza silenciosamente”, diz Certeau.⁴

Se é verdade que a organização da história é relativa a uma instituição e a um tempo; é intrínseca às respectivas técnicas de produção; condiz com os lugares de observação do historiador e, finalmente, é atravessada pelas experiências sociais dos sujeitos que praticam a pesquisa histórica, cabe-nos perguntar de que modo estes registros acontecem, se desenvolvem, se articulam na trajetória profissional e de vida dos historiadores, em especial os brasileiros. Que experiências inerentes ao campo do “vivido”, da sociabilidade à qual pertencem, podem ser tomadas como importantes para a produção da escrita histórica? Questionamos também se a “identidade do historiador”, como enuncia Falcon, estaria ancorada apenas nas dimensões discursivas de sua produção histórica, do valor conferido à sua obra, das instituições às quais ele pertence, ou aos posicionamentos relativos às tendências e abordagens teóricas e historiográficas. Seria pertinente pensarmos em dimensões que atravessam experiências de vida, o cotidiano acadêmico e as práticas de trabalho estabelecidas pela mediação de relacionamentos e sociabilidades constituídas?

Para responder a tais questões, recorri às entrevistas realizadas com 15 historiadoras universitárias brasileiras entre 2013 e 2015. O eixo temático das entrevistas está centrado na história de vida que se desdobra para diferentes temas: origens sociais e familiares, primeiras experiências educacionais, ingresso no curso de História, realização de pós-graduação,

² GONÇALVES, Marcia de Almeida, GONTIJO, Rebeca. “Sobre história, historiografia e historiadores: entrevista com Francisco José Calazans Falcon”. *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 7, nov./dez, 2011.

³ Falcon procurou dar ênfase à multiplicidade de lugares de produção histórica do Rio de Janeiro: as universidades, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, a Casa de Oswaldo Cruz, a Fundação Casa de Rui Barbosa, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), entre outros. O fundamental nesta análise seria conhecermos onde o autor está falando, e em que contexto histórico a escrita histórica é produzida uma vez que a própria historiografia tem sua historicidade.

⁴ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

experiências profissionais, docência, intercâmbios socioculturais, conciliação entre a vida privada, familiar e maternidade com os projetos intelectuais e profissionais e, por fim, a maneira como praticam e percebem o ofício da história. Escolhi, portanto, historiadoras que pertencem à segunda geração de historiadores brasileiros⁵, que ingressaram nos cursos de história na década de 1960 e 1970, começaram a consolidar suas carreiras universitárias na década de 1980, atuando até hoje no ensino, na pesquisa e em outras atividades da esfera educacional.

E quem são elas? Laura de Mello e Souza (USP), Leila Mezan Algranti (UNICAMP), Maria Ligia Coelho Prado (USP), Magali Gouveia Engel (UFF), Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ), Ana Maria Burmester (UFPR), Joana Maria Pedro (UFSC), Ismênia de Lima Martins (UFF), Suely Gomes Costa (UFF), Maria Luiza Marcílio (USP), Maria Helena Rolim Capelato (USP), Aidyl de Carvalho Preis (UFF), Rachel Soihet (UFF), Maria Ignes Mancini de Boni (UFPR) e Helena Isabel Mueller (UFF-UEPG) foram algumas das entrevistadas até este momento, cujos depoimentos separamos para serem analisados conforme os objetivos desse dossiê. O intuito, portanto, de empreender essas entrevistas foi o de registrar a vida, o pensamento e as práticas profissionais de mulheres que se dedicaram à produção do conhecimento histórico brasileiro nas últimas décadas.

E quais foram os critérios de seleção e escolha dessas historiadoras? Por que aparecem seus nomes e não outros – como o de homens – que também foram tão importantes quanto esses para a historiografia brasileira? Em primeiro lugar, estas entrevistas dizem respeito à minha pesquisa de doutorado que visa problematizar as carreiras universitárias das historiadoras no interior dos estudos de gênero. Teriam elas enfrentado desafios diferentes na vida acadêmica e profissional em relação aos colegas homens? De que maneira elas lidaram com as condições socioculturais dos anos 1960-1980 no sentido de reivindicarem para si uma vida profissional, e em especial uma carreira intelectual? De que forma a maternidade, o casamento e as questões familiares impactaram suas trajetórias profissionais? De que maneira as relações de gênero entre os profissionais da história ocorreram no ambiente universitário? Quais foram os temas, abordagens e objetos de estudos reivindicados sobremaneira pelas mulheres historiadoras? Em que medida a vida privada e pessoal, marcada pelas questões de gênero – e de classe também – influenciam suas obras e as decisões que tomaram em âmbito universitário? Por si só, as respostas a tais perguntas já borram a fronteira entre os “lugares institucionais” e os “lugares das vivências” dos historiadores na medida em que o gênero pode

⁵ Quanto às gerações de historiadores brasileiros, baseamo-nos nos critérios estabelecidos por: CAPELATO, M. H.; GLEZER, R.; FERLINI, V. L. A. Escola Uspiana de História. *Estudos Avançados*, 8(22), 1994.

ser considerado um elemento importante para entendermos o processo da constituição deste ofício. Logo, os registros como classe e gênero estão atravessados em suas histórias e depoimentos, mas não irei problematizá-los a fundo, à luz de suas respectivas bases teóricas, pois tal análise é merecedora de outra escrita que focasse com criterioso olhar e seriedade, exclusivamente essas questões.⁶ Iremos, portanto, nos dedicar apenas ao processo de construção da identidade deste ofício por meio de suas trajetórias profissionais e intelectuais.

Em segundo, definimos os primeiros centros universitários que tiveram importância para a formação inicial e consolidação da historiografia brasileira, de longa tradição acadêmica, localizados então na região sul-sudeste, em especial São Paulo e Rio de Janeiro. O terceiro motivo diz respeito às historiadoras que possuem uma idade superior a 60 anos e que tiveram aulas com os professores da primeira geração ou até mesmo com os chamados “formadores”. São aquelas que ingressaram nos cursos de História entre 1960 a 1975, nos tumultuosos anos da Contracultura, da Ditadura, da Reforma Universitária que extinguiu o sistema de Cátedras, do início dos cursos de Pós-Graduação e da institucionalização da carreira docente no ensino superior. Procuramos também entrevistar historiadoras oriundas de diferentes grupos étnico-raciais, cujas famílias são, majoritariamente, descendentes diretas de portugueses, alemães, italianos, poloneses e afrodescendentes, com o objetivo de constatar se essa variável cultural era significativa na edificação da relação delas com o espaço cultural universitário e a profissionalização do historiador. Por último e não menos importante, interessamo-nos pelas historiadoras que apresentam trajetórias e experiências profissionais e de vida diferentes entre si. Ou seja, procuramos investigar não somente aquelas que se dedicaram exclusivamente à *escrita histórica*, ou que passaram a vida aplicando-se a uma grande obra, mas também aquelas que, de um modo ou de outro, contribuíram para a formação da identidade do historiador; e isso, precisamos dizer, inclui a própria docência, as relações com os pares profissionais, as atividades ligadas ao ensino, grupos de pesquisa, associações, e às atividades desenvolvidas na comunidade, na universidade e na política brasileira.

Ao investigar preliminarmente o currículo Lattes delas, procuramos dar atenção aos múltiplos aspectos que se diferenciavam em suas experiências profissionais, tais como: titularidade, tempo de obtenção de títulos, pesquisas realizadas em países estrangeiros, ocupação de cargos de chefia nos Departamentos e Associações diversas, formação de linhas de pesquisa, orientações a alunos, obras publicadas, instituições onde trabalharam, línguas

⁶ A par disso, as reflexões acerca de gênero estão sendo equacionadas e ampliadas devido à segunda etapa de entrevistas realizadas, desta vez, com historiadores homens, as quais não foram finalizadas até este momento.

faladas e atuações para além do ensino e pesquisa em História. Não temos intenção de investigar somente aquelas que tiveram carreiras paradigmáticas e grande visibilidade na historiografia brasileira. Pelo contrário, ocupamo-nos de trajetórias profissionais e de vida que possam condizer com a rica multiplicidade de incursões profissionais, práticas e atuações docentes que estão atreladas a complexas decisões, dúvidas e desejos que vão além das características formais do ambiente profissional. Por último, é importante considerar que outras historiadoras também foram selecionadas para relatar suas experiências, mas até este momento não houve possibilidade de efetuar tais entrevistas por várias razões, como ausência temporária do país, problemas de saúde, agendas saturadas de compromissos ou porque simplesmente preferiram não compartilhar suas histórias de vida.

E por que utilizar a História Oral para esse fim? A análise minuciosa dos memoriais, entrevistas já concedidas a periódicos, currículo Lattes e avaliação de suas obras e incursões na historiografia não seria o suficiente para abordar suas trajetórias profissionais? A resposta é decisivamente não, uma vez que só é possível saber e compreender as decisões, os desafios enfrentados, as soluções propostas para os problemas que surgiram, entre outras coisas relacionadas às “memórias subterrâneas”⁷, por meio dos relatos orais que foram compartilhados nestes últimos dois anos. Incluem-se nesse contexto as próprias questões pessoais, familiares, subjetivas e afetivas que estão atreladas e muitas vezes constituem a base fundadora de suas trajetórias acadêmicas. A profissionalização no espaço universitário, o amadurecimento intelectual e suas histórias pessoais são linhas que correm em paralelo, ora cruzando-se ora afastando-se. Exemplo disso é quando associam cada episódio profissional com alguma marca da vida pessoal: o casamento, os filhos, a maternidade, as parcerias, as amizades, a família são elos inseparáveis e elementos constitutivos de cada etapa superada na vida universitária. Eis o aparecimento de uma memória associativa, que serve como referência e ponto de apoio para os acontecimentos vividos na universidade.

Na década de 1960 quando foram dados os primeiros passos na História Oral como metodologia de trabalho, construíram-se dois princípios que a avalizaram: o primeiro foi a equiparação da História Oral com a democratização da prática histórica; o segundo foi a ideia de que a História Oral daria voz aos silenciados, às classes subalternas, aos pobres, às mulheres, aos(as) camponeses(as), às minorias étnicas, entre outros grupos, permitindo o acesso à experiência histórica subjetiva. No entanto, as nossas entrevistadas não pertencem

⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

exclusivamente aos grupos minoritários que historicamente tiveram suas vozes silenciadas, pelo contrário, elas se situam em um grupo intelectual marcado por distinções elitistas na sociedade e de privilégio. Mas por outro lado, a História Oral pode ajudar a pensarmos sobre temas particulares que estão relacionados às trajetórias de vida e profissionais de intelectuais e que não aparecem em documentos oficiais ou de outra natureza. Toma-se como exemplo os estudos literários: ao analisar as obras de autores, também há a preocupação com a trajetória biográfica e suas experiências pessoais a fim de explicar em que medida as suas vidas podem ter influenciado a composição de suas obras. Abordar as histórias de vida proporcionadas pela História Oral, pode ser muito profícuo nesse tipo de pesquisa, uma vez que pouca atenção se dá aos possíveis nexos entre as experiências de vida do historiador e sua obra, e muito menos em relação ao seu percurso no espaço universitário.

O contato inicial com as entrevistadas se deu por e-mail, no qual foi apresentado o tema e objetivos da pesquisa. Àquelas que responderam afirmativamente, colocando-se à disposição para nos receber, foi agendado um encontro para que a entrevista se realizasse. Outros contatos desenvolveram-se a partir de indicações pelas próprias historiadoras de possíveis interlocutoras. Por diversas vezes fui ao Rio de Janeiro e São Paulo, onde os encontros ocorreram predominantemente em suas residências. Um roteiro pré-definido de perguntas focadas em história de vida e em eixos temáticos guiou as entrevistas, embora muitas questões foram acrescentadas ou subtraídas conforme o desenvolvimento dos relatos. Coube à pessoa pesquisada a escolha dos pontos explicativos e constitutivos de sua trajetória pessoal. Após as transcrições, cada historiadora recebeu a entrevista para confirmação e validação das informações. É importante salientar que o roteiro de perguntas contém temas relativos à vida pessoal, e por isso foi tomada a decisão em comum acordo com elas de não evidenciar seus nomes nas pesquisas. Exemplo disso é quando se percebe o casamento como um espaço de negociação, as instabilidades ocorridas na vida profissional, ou que os efeitos da vida profissional na universidade impactaram as formas de conduzir a maternidade ou os laços sociais com familiares. Para não perder o vasto material fornecido e em substituição aos seus nomes, utilizarei as alcunhas de musas gregas e outras divindades mitológicas como pseudônimos.⁸ São elas: Urânia, Clio, Euterpe, Erato, Polímnia, Calíope, Melpômene, Tália, Terpsícore, Belona, Ceres, Cibele, Concórdia e Juno.

⁸ Atribui-se menor importância à identificação da informante, que ao conhecimento de sua posição na estrutura socioeconômica, de sua inserção em diferentes grupos e coletividades, que influiriam de modo determinante na sua maneira de ser, viver, pensar e julgar. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta (p. 43-44). In: MEIHY, José Carlos Sebe (Org.). *(Re)Introduzindo história oral no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1996.

Explicadas inicialmente a maneira como esta pesquisa se desenvolveu e suas relações com a História Oral, propomos analisar nas próximas linhas os traços, sinais e situações que podem nos indicar como foi o processo de constituição da identidade do historiador para além do resultado final de seu trabalho, ou seja, de sua obra e repercussões no interior do campo historiográfico. Entendemos a obra como resultado final de um processo amplo no qual as dimensões da vida pública e privada se confluem, em que os aspectos subjetivos espelhados por redes de afetos e desejos movem estes agentes para o campo da pesquisa histórica, em que a identidade do historiador faz parte de um devir sempre em constituição conforme os contextos sócio-históricos, pessoais e institucionais. Elegemos os seguintes pontos que mais apareceram nos depoimentos quando se trata de definir a identidade do historiador brasileiro: existência de um sentimento de pertencimento a um grupo de historiadores que compartilham uma prática em comum e estabelecem parcerias intelectuais; em segundo lugar, o sentimento de pertencimento a uma geração que foi responsável por institucionalizar os métodos do ofício a partir da década de 1960, mantendo ou subvertendo os ensinamentos da primeira geração e da geração dos formadores. Ao lado disso, a prática da docência, as experiências em sala de aula, a relação com alunos e orientandos, e o tipo de profissional que elas desejam formar constituem o terceiro aspecto abordado. Aqui, a pesquisa e a escrita da história não são inseparáveis da dimensão do ensino, cuja instância, por vezes, é mais significativa a elas do que propriamente os efeitos de suas publicações. Além da docência, o ofício do historiador envolve também todas as atividades acadêmicas e institucionais condizentes com o acúmulo e prestígio de funções exercidas, a saber: cargos de chefia em Departamentos, presidência em associações e editoras, criação e responsabilidades por grupos de pesquisa, atividades em museus e arquivos e trânsito em congressos, simpósios e seminários. Entendemos que a ampla experiência assumida em diversos postos de trabalho favorece o acúmulo de capital simbólico e cultural, tornando possível a visibilidade do historiador no interior do campo historiográfico.

Os fios da memória e o sentimento de pertencimento

Começamos pela memória, por seus fios que nos conduzem a interpretar os relatos das historiadoras. A memória pode ser entendida como uma construção feita no presente, a partir de vivências e experiências ocorridas num passado sobre o qual se deseja refletir e entender. Enquanto construção, a memória está também sujeita às questões da subjetividade, seletividade e, no caso das historiadoras em questão, às instâncias de poderes institucionais que lhes acompanham: as universidades, as agências financiadoras de pesquisa, as editoras, as

associações e pares profissionais, o público de alunos e alunas. Mesmo que (re)constituída a partir de suas lembranças pessoais, a memória remete a uma dimensão coletiva e social das práticas que fundaram o ofício da história nas universidades conforme as experiências relatadas. Trata-se da percepção de que é no contexto das relações sociais – com colegas de profissão, alunos e orientandos – que as historiadoras narram suas lembranças, mesmo que aparentemente individualizadas.⁹ A memória também tem a função de produção ou percepção de sentimentos de pertencimento a passados comuns, o que, por sua vez, constitui-se aspecto imprescindível ao estabelecimento de identidades profissionais calcadas em experiências compartilhadas, não somente no campo histórico ou material, como também no campo afetivo e subjetivo. O processo de pertencimento a um grupo de colegas que partilharam um universo teórico comum, um projeto de trabalho intelectual, experiências políticas e sociais vividas coletivamente e/ou uma rede constituída por alunos e orientandos, caracterizam as faces da identidade do historiador. E qual face deseja ser lembrada? Qual experiência é selecionada para ser narrada?

Depois de alguns meses da realização de uma entrevista com Cibeles, esta professora envia-me um e-mail com dizeres relativos a uma memória selecionada que articula o presente e o passado, o esquecido e o rememorado, a experiência material e a subjetiva:

O que são as memórias? Elas vêm como nuvens... aos pouquinhos... Acabo de postar no Face uma informação esquecida de que não lhe falei, nem lembrei, embora tenha sido muito importante na minha vida: “Eu pertenci ao Centro Popular de Cultura da XXX, da qual fui presidente. Era uma unidade estudantil ligada à União Nacional dos Estudantes /UNE, nos anos 60. Aí se pretendia fazer uma arte “revolucionária”. Foi um curto mandato. Ele se deu – exatamente – entre 1963 e início de 1964; saí rompida com o grupo do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Meu vínculo era com a AP (Ação Popular). Produzi a letra e a música de um canto que guardei e nunca divulguei. Diante do ocorrido em Mariana, lembrei-me dela. E como antes, de novo, a canto bem baixinho...só para mim. Divulgo sua letra agora, pela primeira vez ...Fico devendo o som (Cibeles).

“Cansa dançar demais.
Cansa dançar demais.
Cansa dançar demais.
Cansa dançar demais.

Mansa dança balança a massa,
a massa que passa, que passa, que passa...
Mansa dança balança a massa,
a massa que passa, que passa, que passa..

Cansa, dança,
Cansa, balança
Balança a massa que passa.

⁹ Quanto às reflexões acerca da memória coletiva e individual, nos baseamos em: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

Cansa, dança,
Cansa, balança
Balança a massa que passa.

Um grito se ouve,
e um eco também.
Um bando de gente.
de gente que vem ...

Vai pra onde?
Vai pra onde?
Vai pra onde?
Vai pra onde?

Cansa dançar demais.
Cansa dançar demais.
Cansa dançar demais.
Cansa dançar demais...”

A partir disso, para onde os fios da memória das historiadoras entrevistadas nos conduzem? Em quais lugares de suas experiências sociais eles se fincam? Um deles nos remete à rede de pertencimentos a grupos de estudantes que, por sua vez, estão ligados direta ou indiretamente à Reforma Universitária e às questões políticas do país – a saber, a ditadura militar. A militância e a “força intelectual” eram indissociáveis da vida acadêmica nas décadas de 1960 e 1970. “Lembro-me que nós éramos uma turma que tínhamos militância e muito, muito vigor intelectual”, diz Terpsícore. Os estudos e pesquisas realizados sobre a história da universidade brasileira, suas origens, desenvolvimento e impasses, indicam a Reforma Universitária de 1968 como um dos principais acontecimentos de mudanças na ordem institucional e acadêmica do país.¹⁰

Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por um intenso movimento visando às mudanças do sistema universitário brasileiro, do qual participaram os docentes, os pesquisadores e o movimento estudantil no projeto que iriam resultar na Reforma. A inserção dos docentes nessa mobilização traduzia as aspirações de cientistas e de jovens pesquisadores que haviam recebido, por vezes, uma formação no exterior e desejavam fazer da universidade um *locus* de produção de conhecimento científico. Entre as medidas propostas pela Reforma, com o intuito de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, sobressaem: o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos, a extinção

¹⁰ A saber: FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício*: a contribuição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. FÁVERO, M. L. A. Da Cátedra Universitária ao Departamento; subsídios para discussão. In: 23ª Reunião Anual da ANPEd, 2000, Caxambú-MG. Anais da 23ª Reunião da ANPEd /CD - ROM, 2000.

das cátedras, a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério no ensino superior e a criação de cursos de pós-graduação¹¹.

As historiadoras e historiadores que ingressaram no curso de História no período que antecedeu a Reforma puderam passar por uma experiência de sociabilidade diferente daqueles que entraram depois. O sistema seriado, conforme as historiadoras entrevistadas, permitiu uma maior interação e convivência entre os alunos e, por extensão, o surgimento de lideranças, tal como as atuações do representante de turma. O sentimento de pertencimento a um grupo de origem, em especial a uma turma de graduandos em História, destaca-se nestes relatos. Não só isso, mas a constituição de amizades duradouras também foi possibilitada pelo antigo sistema seriado. Com o sistema de crédito, houve maiores dificuldade de formação de uma turma exclusiva, uma vez que os alunos se matriculavam por disciplinas.

Assim como Terpsícore, Ceres foi uma das historiadoras que iniciou o curso de História antes da Reforma Universitária. Sua turma era pequena, composta majoritariamente por mulheres que desejavam se profissionalizar para serem professoras no ensino secundário, e um dos elementos que mais se destaca em seus relatos diz respeito às relações de amizade duradouras que se estabeleceram nesta turma. Para além de posicionamentos históricos, teóricos e profissionais, a memória indica que um dos traços mais importantes na formação de laços entre os historiadores desta geração foi a amizade. Na missa celebrada à sua formatura, Ceres lembra-se do anel que ganhou dos colegas, objeto que guarda até hoje como um símbolo daquele período, atravessado especialmente por certas dificuldades financeiras.

As turmas eram pequenas e tem mais um dado: por exemplo, naquela época não tinha o sistema de crédito. Era o sistema seriado. Então a mesma turma entrava e saía juntos. E durante quatro anos eu fui eleita representante da turma. Aí tem mais: para mim tem um detalhe que eu acho que foi muito marcante porque pelo fato de não ter recursos eu não pude ir ao meu baile de formatura. Eu não tinha qualquer condição de ir, mas fui à missa, porque foi feita uma missa celebrada. Mas no dia da colação de grau, os meus colegas de turma me deram o anel de formatura, que eu não tinha também condições de comprar. E eu tenho até hoje, quase que eu trouxe para você ver. Eu tenho até hoje. Para poder comprar o tal anel de formatura, eles fizeram um crediário numa joalheria. Mas é só um símbolo. Essa turma, não totalmente, mas essa turma se mantém até hoje ligada. Há quinze dias morreu uma colega de turma. E esta que morreu é que manteve a turma unida (Ceres).

Para Ceres, o anel de formatura é um objeto singular, típico e muito pessoal. Como não lembrar nesta análise o que Joël Candau diz sobre o “poder dos traços”, que é encontrado na predileção que os indivíduos podem manifestar por objetos ou lugares que recordam seu passado. O indivíduo se liga a um objeto particular e nele deposita sua memória, identidade e

¹¹ FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. “A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”. *Educar*. Curitiba: Editora UFPR, n. 28, 2006, p. 34.

origens pessoais, familiares e sociais. Todos esses signos memoriais servem para veicular informações ou ativar a lembrança sobre acontecimentos, bem como afirmar o caráter durável do laço familiar ou do grupo social no qual ele está inserido¹². No caso da professora Ceres, o anel representa um símbolo associado aos laços filiais e afetivos que construiu na época de estudante universitária e que se estendem até o presente momento. Pontos de vista parecidos podem ser percebidos também nos relatos de Terpsícore e Tália, sendo que a primeira, tal como Ceres, ingressou no curso de História antes da Reforma Universitária e a segunda, alguns anos depois. No caso de Tália, as relações de amizade foram possibilitadas mais concretamente em sua vida profissional e em outros âmbitos sociais:

Então nós fomos a última turma considerada como “turma”, justamente porque depois veio o sistema de crédito. Isso é uma coisa importante de ser dita: o sistema de crédito vai diluir muito esse entrosamento político anterior, em que você cursava as disciplinas juntos, de acordo com uma grade curricular. Antes do sistema de créditos era possível construir sólidas relações de amizades. (Terpsícore).

Para falar a verdade, eu não tive grandes amizades na faculdade. Primeiro porque, logo depois quando eu comecei, começou o regime de crédito, as turmas eram muito fragmentadas. Você fazia um pouco de matéria aqui, mudava de matéria ali. (Tália)

O sentimento de pertencimento também pode ser associado à ideia de filiação. A filiação intelectual é um dos instrumentos principais de construção de prestígio no campo historiográfico: por ela o “filiado” é incluído em teias de relações, em geral com orientadores, e como bem sabemos, proporcionam intercâmbios, contatos, financiamentos de pesquisa e reconhecimentos. Como analisa Mariza Corrêa¹³, conhecemos bem os pais fundadores de nossas disciplinas, aqueles que conferem patrimônio, aprovação e inserção no cânone, além de emanarem poder e prestígio. É a despeito dessas filiações canônicas e dos convites de entrada às redes de contato – ou seja, quando elas se filiaram a um historiador ou historiadora que já tinha criado seu “nome” –, que elas trilharam seus caminhos profissionais. Assim narra Melpômene em relação ao início de sua relação com o futuro orientador:

No segundo ano fui aluna de XXX que deu História Moderna. Ele dava aula expositiva e dava também Seminário. (...) Eu e minha amiga XXX. (...) Nós duas fomos orientadas pelo XXX e ela é a minha melhor amiga. Aí eu e XXX ficamos completamente fascinadas pelo XXX e nos

¹² CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

¹³ CORRÊA, Mariza. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

ligamos muito a ele. Daí para adiante ele foi nosso mentor. Não fomos mais alunas dele na graduação. Foi só durante o ano de 1973, o ano que ele defendeu a tese dele...e a gente foi assistir. Mas aí tudo o que a gente queria ... “ah professor, o que o senhor indica de bibliografia”, e ele dava para a gente. E foi um curso extraordinário. Foi ali que aprendi a estudar, aprendi a conhecer a bibliografia toda. Agora eu tive muita sorte porque o XXX é um dos homens mais cultos que eu conheço na minha vida. Ele tem uma cultura vastíssima. Então ele me dava leitura de tudo: história da arte, economia – que lia de vez em quando. Sociologia, eu lia muita sociologia e Antropologia porque o XXX mandava (Melpômene).

Além da filiação, a ideia de trabalhar com a noção de pertencimento propõe-nos a pensar, por extensão, sobre as parcerias intelectuais como projetos criativos no campo historiográfico, com a criação de uma obra intelectual que borra as fronteiras entre ação pública e relacionamento privado, configurado pela amizade. O pertencimento ocorre no interior de uma série de ações, experiências de vida e sociais compartilhadas, de modo geral, por uma dupla de historiadoras. Uma questão a se fazer sobre este tema é: como, para essas historiadoras, a parceria concretizada pelo viés filial se articula com um projeto de vida intelectual”? As instabilidades, provações e desafios que a vida acadêmica suscita, e as relações de companheirismo e parcerias buscadas e experimentadas em suas uniões com colegas intelectuais são traços que se revelam em suas trajetórias profissionais e de vida.

Polímnia e Euterpe, por exemplo, iniciaram uma longa amizade ainda no curso de graduação. “Era o princípio de uma amizade extraordinária que já passou dos trinta anos. Tornamo-nos inseparáveis companheiras intelectuais na academia e cúmplices solidárias pelos caminhos da vida”, diz Polímnia. No mestrado pesquisaram o mesmo tema condicionado a uma fonte específica de forma que neste percurso, a leitura conjunta de livros, as discussões, as críticas recíprocas aos textos produzidos, fizeram parte das práticas do que podemos chamar de *escrita da história*. Anos depois, ambas coordenaram juntas a produção de livros didáticos e seminários, situação esta que nos atenta para aquilo que o discurso acadêmico sistematicamente esconde: a satisfação pessoal condicionada pelas relações pessoais, familiares e afetivas fazem do cotidiano de produção intelectual um acontecimento possível. Claro está também o desenvolvimento entre elas e eles de uma forte amizade e parceria intelectual baseadas na partilha de um universo teórico comum. Como revela Polímnia:

Uma de minhas maiores satisfações profissionais é a de poder trabalhar na área, há 15 anos, com minha parceira intelectual, *Euterpe. Juntas temos podido trocar experiências didáticas, continuar debates intelectuais e criar projetos comuns (Polímnia).

A essa rede de sociabilidade, parcerias e amizades que se constituem no interior da vida profissional de historiadores, é pertinente somar as relações que se tecem com alunos, sobretudo os orientandos que vêm de muitas partes diferentes do país. Quando elas refletem o conjunto de seus orientandos, sentem-se extremamente gratificadas, “pelo alto nível de seus trabalhos e pelo lugar profissional que ocupam”. É evidente, aqui, o desejo delas em contribuir para a formação de especialistas em suas respectivas áreas de pesquisa e perpetuar um legado intelectual para o futuro. Além disso, significativo são também as relações que perpassam as esferas meramente profissionais e acadêmicas entre aluno e professor, uma vez que, novamente, os afetos e a intersubjetividade entre estes sujeitos constituem a base dos elos formados conforme podemos notar no seguinte depoimento:

Eu adoro os meus orientandos. É claro que tem uma meia dúzia que não correspondeu. Mas eu já tenho mais de quarenta orientações defendidas, e que estão por esse mundo a fora. Muitos deles têm carreira universitária e os que moram aqui em São Paulo, todo ano, eu faço uma feijoada no fim do ano e os convido, dos primeiros até os atuais. E eles vem com filho, com mulher, marido, então é uma grande família. É o sinal que eu realmente gosto deles, pois são muito carinhosos e muito receptivos também, apesar da minha caneta vermelha (Euterpe).

Ao conversarmos sobre os primeiros anos da graduação e de como elas avaliam suas formações iniciais, um dos temas significativamente lembrados por todas historiadoras é o campo no qual os procedimentos vinculados à pesquisa estavam se iniciando. As historiadoras que ingressaram no curso de História nas décadas de 1960 e 1970 tiveram aulas com professores de diferentes gerações. Boa parte deles eram catedráticos e tinham sido alunos da geração pioneira, aquela que foi responsável pela criação e institucionalização dos cursos de História a partir da década de 1930. Outra parte era constituída por professores mais jovens, que tinham acabado de se graduar e assumir as vagas que estavam em expansão para docentes, principalmente nas universidades públicas.

Essa cena nos indica as dificuldades e limitações enfrentadas pelas primeiras gerações de professores universitários de História, ou seja, aqueles que foram responsáveis pelo processo de definição das disciplinas, dos cursos e dos programas que começavam a delinear as premissas do ofício do historiador. Tais dificuldade não devem ser vistas somente à luz de suas formações não especializadas ou da dificuldade de acesso a fontes para o desenvolvimento da pesquisa pelos novos alunos, mas também ao conflituoso processo de

institucionalização dos cursos universitários no Brasil, principalmente no que se refere à pesquisa¹⁴.

Uma das dificuldades enfrentadas tanto pelos professores quanto alunos dizia respeito à escassez de ferramentas que pudessem auxiliar na produção de pesquisas acadêmicas. O critério de seleção e busca de fontes também consistia num empecilho que deveria ser aos poucos solucionado na medida em que se consolidava uma definição de pesquisa mais clara. Urânia, por exemplo, decidiu sair do Brasil quando soube de um edital que abria vagas para pesquisadores em História na França. Nesse país, ela concluiu o doutorado e chegou a publicar sua tese em uma editora francesa. De modo geral, nas experiências que tiveram fora do Brasil, as historiadoras conheceram diferentes professores e pesquisadores, entraram em contato com pesquisa documental e trouxeram bibliografias diferenciadas para a construção do ofício da História no Brasil. Ao narrar os desafios enfrentados e suas contribuições para o ofício, percebemos a maneira como elas percebem suas ações no interior de um campo disciplinar que estava em desenvolvimento:

Eu cheguei ao segundo ano na Faculdade e disse para o padre Enzo “olha padre Enzo eu preciso ir para Paris”. Paris era o centro da História na época. Eu falei “eu preciso ir para Paris porque eu não aprendi a fazer pesquisa na XXX, não sei fazer pesquisa, daqui a pouco eu estou no mesmo nível que os meus alunos, não saberia mais do que eles porque, fico estudando em livros que são muito arcaicos, muito velhos” (Urânia).

Há de se lembrar que as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras não tinham o objetivo de formar pesquisadores até a criação e institucionalização dos Programas de Pós-Graduação no início da década de 1970, justamente porque a preocupação maior era formar profissionais para o ensino secundário. As aulas dos professores que eram consideradas notoriamente emblemáticas tinham mais a característica de se voltarem para a erudição e reflexão sobre a sociedade do que propriamente para a pesquisa com fontes.¹⁵ Como tantas outras historiadoras, Terpsícore participou do processo em que se iniciavam novos desdobramentos para o futuro da pesquisa histórica no país:

¹⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a contribuição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 131.

¹⁵ Conforme Marieta de Moraes Ferreira, é necessário relativizar a afirmação de que não havia pesquisa nos cursos de História, na medida que os professores da primeira geração mantinham atividades de investigação e publicação. Ainda que a prática da pesquisa não se desdobrasse para as salas de aula, e fosse dominante a ideia que a formação de professores não envolvia tal atividade, não deve ser minimizada a importância de um determinado tipo de pesquisa e a defesa de orientações que privilegiavam o fortalecimento do Estado Nacional, e a construção e atualização de uma identidade nacional pautada por princípios autoritários, conservadores e católicos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a contribuição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

Foi muito difícil essa época. O meu professor titular de História do Brasil nunca fez pesquisa, embora ele fosse um excelente professor, um leitor crítico de obras. Pelo menos, para mim, ele foi importante porque nos preparou muito bem. O curso nos apresentou muita erudição, muita crítica bibliográfica, um pouco de teoria, mas praticamente nada de pesquisa. A pesquisa era uma coisa que ia nascendo sozinha na gente, a partir das nossas próprias inquietações. (Terpsícore).

Depois de concluída a graduação, Terpsícore e Cibebe relatam que o desejo de pesquisa nasceu a partir de suas próprias inquietações e que foi difícil estruturar um projeto de mestrado diante da angústia de não saber como e o que pesquisar. Um dos seus professores alegou que ela, Terpsícore, não tinha fontes suficientes para realizar sua dissertação. Apesar disso, ela não permitiu que tal comentário influenciasse sua trajetória acadêmica que estava se iniciando na pós-graduação. Caso semelhante foi o de Tália quando ingressou no curso de mestrado no início da década de 1970, visto que também não tinha um projeto de pesquisa estruturado e bem definido. Foi a partir das aulas dadas por uma professora no mestrado que Tália começou a aprofundar melhor as estruturas de sua pesquisa que, por sinal, estavam relacionadas a sua origem familiar. Ou seja, foi no curso da Terpsícore que ela começou a trabalhar nas suas origens, “com a cafeicultura fluminense do século XIX, algo que na época eu nem fazia essa relação. No fundo eu estava muito interessada em ver e estudar a cultura cafeeira na qual os meus ancestrais atuaram, pois tinham sido fazendeiros”.

Situação semelhante ocorreu nas trajetórias acadêmica de Clio e Cibebe. Ambas se especializaram em suas respectivas áreas de estudo porque as experiências vividas no plano pessoal, sobretudo familiar, forjaram os rumos das pesquisas eleitas, mesmo que de forma inconsciente. Em determinado momento da sua vida particular, Cibebe passou a viver “no campo das tensões”, sendo que seus problemas e inquietações se deslocaram das experiências materiais e sociais para a pesquisa acadêmica. Havia de fato uma preocupação por parte delas em produzir pesquisas históricas e, de uma forma ou de outra, se reconhecer nos temas que pretendiam narrar. Com esses exemplos, nos perguntamos: até que ponto as instituições e o cânone historiográfico – aquilo que deve ser estudado conforme as linhagens tradicionais dos professores antecessores – definiram o tema de pesquisa dos novos pesquisadores? Até que ponto as experiências pessoais podem influenciar a maneira como as novas abordagens são introduzidas no campo disciplinar? É certo que as áreas de estudo devidamente institucionalizadas – como história demográfica, quantitativa e as *mentalidades*, por exemplo – foram responsáveis pelas definições das pesquisas de mestrado e doutorado naquela época. No entanto, conforme os relatos das historiadoras, os temas escolhidos, a busca de fontes e as problematizações levantadas sugerem uma grande influência de questões pessoais que

incidiram em suas pesquisas. Aliado a isso, como nos lembra Jörn Rüsen, o ofício do historiador não pode ser entendido como uma instituição autônoma de sentido e supostamente neutra, uma vez que o cotidiano do historiador constitui a base da historiografia e da teoria da história. Fundamental seria começarmos a valorizar o trabalho prático do historiador e suas ações no tempo, ancoradas em seus interesses, satisfações, expectativas e subjetividades. Ele traz consigo, portanto, perspectivas correlacionadas à época em que ele viveu.¹⁶

Na trajetória profissional desse grupo de historiadoras, a pesquisa nunca esteve desvinculada da docência, em especial no ensino universitário. A preocupação em relação à preparação de aulas, formulação de provas, avaliação e orientação de dissertações e teses não escapa dos traços que constituíram o ofício do historiador nas últimas décadas. Do ponto de vista da prática docente, dividem-se em duas perspectivas as experiências profissionais das historiadoras. A primeira diz respeito à maneira inspiradora que alguns professores e professoras da primeira geração davam suas aulas; a segunda remete às transformações que elas quiseram operar em relação à didática dos professores considerados “não tão bons”. Ou seja, tendo como parâmetro os professores da primeira geração e alguns da geração dos “formadores”, incluindo os catedráticos, as historiadoras se espelharam em suas aulas tanto no sentido de aplicar uma didática semelhante quanto no sentido de a subverterem por considerar que os antigos modelos eram ultrapassados. Tomando-se como exemplo o caso de Belona, em seu relato destaca-se mais a influência positiva de professores e professoras que acabou agindo na maneira como desejou lecionar na sua vida profissional:

Lembro-me da professora XXX, que até hoje trabalha na XXX e é aposentada da XXX. Ela tinha um método diferente de lecionar, pois aplicava relatórios que eram um incentivo para nossa leitura. Foi uma coisa que marcou a minha formação, porque quando comecei a dar aula na universidade, copieei um pouco esse método, o relatório de leituras. Ela dava um curso vibrante (Belona).

O “curso vibrante”, estimulante, com conteúdos eruditos e profundos é, em linhas gerais, colocado como a melhor definição de ensino de História em contraposição ao ensino factual, cronológico, enciclopédico e superficial que alguns professores da primeira geração e da geração dos formadores ofereciam em sala de aula. Por muito tempo as ditas “aulas tradicionais” foram colocadas como uma questão a ser superada pela segunda geração de historiadores e cada historiador ou historiadora adotou individualmente, ou em grupo, estratégias didáticas que conquistassem a atenção de seus alunos. Naturalmente a erudição e a

¹⁶ RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

facilidade de transitar por diversos campos historiográficos, teóricos e interdisciplinares constituíram importante capital cultural, mas a capacidade de se comunicar bem e transmitir ensinamento por meio de uma oralidade diferenciada foram imprescindíveis nesse processo. Falar bem em público tornou-se uma prerrogativa para ser considerado “um bom professor de história”. Em relação aos procedimentos didáticos desenvolvidos, uma das estratégias utilizadas por Urânia no início dos cursos de pós-graduação foi o estabelecimento de reuniões em grupo com os alunos:

Então eu promovia uma reunião com eles. Sempre dizem que foi muito marcante essa reunião. Nessa reunião eu juntava os alunos em volta de uma mesa lá do XXX. Obrigatoriamente, todo ano, duas vezes por ano eles tinham que vir para São Paulo, se eram de fora e então eu marcava uma tarde inteira de reunião. E cada um tinha que falar do seu trabalho e os outros tinham que comentar. E isso acabou até pegando lá no departamento como modelo. E eles dizem que foi muito marcante porque eles ficavam descobrindo outros tipos de documentação, outros tipos de temas, outros tipos de bibliografia. E então é isso (Urânia).

É em relação ao tema da docência que as análises acerca da memória nos encaminham para reflexões que não podemos descuidar. Aqui entendemos que memória é seletiva, pois ela nunca poderá ser entendida como um mero registro factual do passado. É nesse sentido que se observa em grande parte dos relatos os aspectos positivos relacionados à docência, de modo que as dificuldades, desafios e tensões inerentes à trajetória de um educador não foram narrados. A preservação de uma imagem pública, mesmo sabendo que seus nomes não seriam revelados, ainda se manifesta no momento de falar de si e das experiências passadas. Além disso, a memória é uma representação na qual os afetos dos depoentes confluem, exercendo um papel importante nas definições das lembranças. Nesse caso, os afetos associados ao bom relacionamento com alunos e orientandos fizeram a mediação do que deve ser dito ou não dito, daquilo que se passou em sala de aula e das reverberações que suas falas geraram na comunidade de historiadores. Essa representação também é feita a partir do presente, no interior da tensão que as questões atuais são colocadas neste campo profissional. Isto porque, como afirma Halbwachs, na rememoração, nós não lembramos as imagens do passado como elas aconteceram, e sim de acordo com as forças sociais do presente que estão agindo sobre nós.¹⁷ Logo, para elas é mais fácil lembrar-se e falar das experiências docentes dos últimos anos do que no início de carreira, como demonstra Terpsícore ao ser perguntada sobre as experiências no magistério:

¹⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

Eu sempre quis ser professora, eu amo ser professora, mais que ser pesquisadora até. Eu acho que a pesquisa é indissociável do magistério. Por isso nós temos uma luta com essa separação que o MEC obriga, colocando a licenciatura de um lado e o bacharelado de outro. Eu fico me lembrando de anos e anos atrás, quando gente discutia o currículo e eu dizia: “gente, para com essa discussão de crédito isso, crédito aquilo, vamos pensar o profissional que a gente quer formar” (Terpsícore)

Sobre a conjuntura do tempo presente que subjaz os modos de perceber a docência nas universidades, é importante falar da década de 1990 de acordo com o estabelecimento definitivo das instituições de fomento à pesquisa como CAPES, CNPq e FAPESP, a adoção nacional do sistemaattes e a avaliação dos programas de pós-graduação. Este contexto produziu uma significativa valorização da pós-graduação em oposição à graduação no cenário brasileiro. Os mecanismos instituídos por essas instâncias de avaliação têm por objetivo incentivar a produção de pesquisas e publicações além de orientações no nível da pós-graduação, espaço entendido como privilegiado para a produção de conhecimento. Dessa forma, uma vez que o sistema funciona por mecanismos de premiação/pontuação das atividades profissionais, o trabalho docente na pós-graduação, se torna “melhor recompensado” do que o feito na graduação. A partir desse contexto, as experiências e preferências das historiadoras entrevistadas poderiam ser desfavoráveis quanto à docência na graduação. Apesar deste contexto, grande parte dos relatos, para não dizer que foram todos, retratam uma estima e preocupação muito grande pelo ensino na graduação, tal como o exemplo do relato de Terpsícore:

Mas eu sempre dou aula. Creio que uma das coisas que eu mais faço bem é ler os trabalhos dos meus alunos, é dar aos meus alunos uma importância. Eu converso com cada um deles como se eu estivesse conversando com Erick Hobsbawm, que esteve aqui na minha casa, foi tomar banho de mar comigo, essas coisas todas. É como se eu tivesse conversando com ele, eu dou atenção a cada um dos meus alunos. A quem têm talento eu não apenas apoio, mas promovo (...) Eu acho que a minha experiência mais bem-sucedida é de ser professora. Creio que sou uma professora bem-amada, sinto-me realizada, sou professora emérita. Sou aposentada há muitos anos e, mesmo assim, nunca parei de dar aula na graduação. (...). Esse moço, por exemplo, o conheci no vestibular. Ele não é meu orientando, não tem nada a ver comigo pois estuda África, mas eu fiquei tão comovida de ver um garoto que saiu de Sergipe. Ele tem um projeto que é uma coisa maravilhosa. Ele me disse que foi criado “meio sem pai e a sua mãe não estudou”, passando a infância mais lendo do que brincando. Então foi uma história de vida pela qual eu fui me interessando. Aí ele estava no Rio de Janeiro, sem bolsa e o chamei para vir morar aqui conosco. Morou aqui quantos meses? Quase um ano. Quase um ano aqui. Quer dizer, para mim é importante viabilizar aqueles que são bons e competentes. Eu tenho um rosário de gente que eu ajudei, do Paraná, Mato Grosso, pelo Brasil inteiro eu tenho gente assim (Terpsícore).

O que emerge aqui, como sugere Fernanda Azeredo ao estudar a trajetória intelectual de antropólogas brasileiras, é uma noção de “função social” do intelectual acadêmico, ou seja, para além de desenvolver pesquisas individuais e “produzir resultados” (artigos, capítulos de livros, apresentações de trabalhos, todos os elementos valorizados pelas instituições financiadoras) o foco está na dedicação ao ensino, na formação de alunos desde a graduação e no trabalho juntamente com a comunidade, trazendo-a para o mundo acadêmico e levando as discussões acadêmicas até ela. É uma percepção ética e política da profissão de docente em universidades públicas¹⁸.

Em outra direção, o ofício do historiador não esteve apenas atrelado à pesquisa, docência e projeto de escrita da história, mas também às políticas institucionais voltadas à regulamentação do ofício, ações nos espaços sociais, atividades em arquivos, museus e bibliotecas, ocupação de cargos administrativos nos Departamentos e intercâmbios com editoras, escolas e universidades. Desde seus tempos de graduação, o trabalho teórico nunca se dissociou da prática, do engajamento, e da preocupação em realizar trabalhos para além da academia. Pesquisar significava, muitas vezes, trabalhar num campo de instituições e transitar nele de maneira a consolidar projetos e criar visibilidade em outras áreas profissionais em que o historiador pode atuar. Elas estavam em lugares em que se tomavam decisões políticas e estratégicas do ponto de vista institucional de modo que a ocupação em certas posições lhes conferiu peso social.

A atividade acadêmica é, para além de uma produção intelectual, uma criação de espaço, envolve os seus sujeitos na construção direta das condições cotidianas de trabalho e de prestígio, produzindo assim relações de identidade com os grupos envolvidos. Com o ritmo intenso de trabalho, de produção e trânsitos, as historiadoras construíram seu nome no campo historiografia, não somente em virtude de suas publicações, mas devido também aos trabalhos vinculados aos mais diversos tipos de atividades relativas à história. Como podemos observar nos próximos relatos, as ações se alastram para além de suas pesquisas e notoriedade enraizada no interior de uma linhagem historiográfica, uma vez que a contribuição delas marca, define e substancializa seus currículos e suas visibilidades na academia:

Outra coisa, quando teve a questão da documentação no governo Lula, me esforcei numa luta nacional pela preservação da documentação. Implantei no Brasil o Memória do Mundo, que dá a chancela aos documentos de patrimônio da humanidade (Terpsícore).

¹⁸ AZEREDO, Fernanda. *Pântanos de relações e colchões de cumplicidade: academia e conjugalidade na perspectiva de quatro mulheres intelectuais*. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

Eu tive muitas experiências fora do Departamento. Particpei da direção da ANPUH, duas vezes, como secretária e duas gestões diferentes. Fui representante da área de História do Comitê de Avaliação da CAPES, e depois representante geral. Eu conheci muita gente, viajei muito, fui do comitê do CNPQ. A minha vida profissional circulou muito fora do Departamento. E mesmo na faculdade eu tive vários cargos (Euterpe).

Deixa eu te falar uma coisa sobre o que eu acho. Eu acho que sou uma pessoa muito *sui generis* na área, porque me tornei uma mulher, uma executiva, uma professora universitária e uma pesquisadora. Fui diretora do XXX durante seis anos. Depois eu vim dirigir a editora XXXs e estou num cargo executivo que apresenta muitas demandas de gestão. Gestão financeira, planejamento estratégico, ou seja, assuntos muito diferentes da atividade de pesquisa e da vida universitária. Eu tive que aprender muitas coisas sobre orçamento, gerenciamento de uma instituição, custo fixo, custo variável, plano de negócios, como demitir pessoas, como contratar pessoas. Eu aprendi muito nesse novo mundo (Tália).

Contudo, é necessário problematizar os percursos profissionais relatados tendo como referencial a própria memória. Enquanto forma de lembrança que se volta para o passado, ela é um processo que contém inúmeras possibilidades narrativas. De um modo geral a rememoração e a verbalização do passado constituem-se como um processo amplo e intencionalmente seletivo por parte do depoente. Em relação à disposição dos acontecimentos profissionais numa certa ordem cronológica, algumas não tiveram dificuldades de associar eventos importantes com seu respectivo tempo e contexto, ao passo que outras, no decorrer da revisão da entrevista, corrigiram determinadas falhas e lapsos temporais e contextuais. Nesse sentido, a seletividade se manifestou em eventos profissionais que lhe foram mais importantes que outros, como as experiências acadêmicas em países estrangeiros, publicação de livros, cargos de chefia assumidos, projetos inovadores em museus e arquivos, e criação de grupos de pesquisa. Isto é, todas as propriedades intelectuais que configuram notoriedade à trajetória acadêmica aos professores universitários foram selecionadas e narradas com facilidade e desenvoltura. No entanto, em relação às dificuldades que por ventura enfrentaram na vida profissional, tanto a escolha das mesmas quanto o silêncio constituíram parte dos depoimentos.

A par disso, existem elementos que não são silenciados, pelo contrário, são colocados em evidência por terem sido importantes nos percursos trilhados: os relatos apontam que a constituição do ofício do historiador abarcou, sobretudo, a criação e institucionalização da ANPUH. A Associação de Professores Universitários de História – que mais tarde passaria a Associação Nacional – foi fundada em 1961, durante um evento, o I Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior que ocorreu em Marília. Este Simpósio reuniu professores universitários de História de diversos estados do Brasil em função de um determinador comum, como diz Francisco José Calazans Falcon: “a apresentação, discussão e

equacionamento de problemas que preocupavam os professores ligados ao ensino da História em nível superior em todo país”.¹⁹ As sessões temáticas do simpósio dedicavam-se à discussão do perfil e funcionamento dos cursos de História, bem como o perfil do historiador. Uma das discussões iniciadas naquele momento e que tem reverberações até o tempo presente dizia respeito que o historiador deveria ser fiel à evidência documental e ter compromisso com a “verdade” histórica. Ceres e Terpsícore lembram-se de suas incursões no movimento que criou a ANPUH.

Olha tem mais uma coisa que eu não falei. O primeiro projeto de regulamentação da profissão de historiador, modéstia à parte, fui eu que fiz. Não que este projeto fosse aprovado, ele não foi aprovado, mas teve sequência, no âmbito da ANPUH. Eu não trouxe aqui, mas tinha carta da Alice Canabrava que cita essa situação. E a gente discutiu muito se valia a pena ou se não valia a pena. Mas acabamos fazendo um pré-projeto. (Ceres).

Eu nunca larguei a vida acadêmica, mas eu respondia a todos os apelos que apareceram na minha vida; me joguei em todas as causas que presenciei. Eu lutei pela ANPUH que tinha acabado, de tal maneira que reestruturei a ANPUH do Estado do Rio de Janeiro. Depois eu me tornei presidente da ANPUH Nacional. Fui também ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e reconstruímos a ANPUH nesses lugares todos. Fui a Paraíba também. Foi na minha gestão que isso tudo recomeçou (Terpsícore).

Conforme os exemplos dados, as trajetórias profissionais destas historiadoras atravessaram muitas instâncias, atividades executivas e administrativas que apontam para uma pluralidade de experiências voltadas ao ofício da história. Até que ponto estas atividades impactaram suas áreas de atuação, pesquisas e trabalhos publicados? A tensão existente no interior dessa pluralidade se revela pelos conflitos entre o tempo dedicado à pesquisa e aos trabalhos institucionais e administrativos. Clío e Concórdia relatam as dificuldades de conciliar os dois lados:

Eu fiquei quatro anos como chefe. Fui coordenadora do curso dois anos e depois eu fui chefe de departamento quatro anos. Foi muito complicado. Cargo administrativo, nunca mais quis na vida, porque tudo o que você está fazendo - como estudando, fazendo pesquisa – você precisa parar. Tem que estar muito tempo num ambiente de reuniões. Restringe a pesquisa. Tem a questão política interna... você quer fazer uma coisa e não pode; votam contra, e então é difícil. Não foram os melhores quatro anos da minha vida. Para distribuir aula era um caos também. Ser chefe de departamento é complicado, são muitas cabeças (Concórdia).

Já exerci cargos, fui diretora, fui coordenadora mais de uma vez, mas não gosto de reeleições de cargos diretos. Acho que esse espaço universitário nos tira muito da pesquisa e das leituras. Ultimamente eu leio muito mais processo administrativo do que textos, isso é muito difícil. A pesquisa tem andado a passos bem lentos, tem sido um esforço muito grande (Clío).

¹⁹ FALCON, Francisco José Calazans. O II Simpósio dos Professores Universitários de História. *Boletim de História*, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, ano V, n. 7, 1963, p 112.

Considerações finais: reflexões sentimentos acerca do ofício

“O que fabrica o historiador quando “faz história”? Para quem trabalha? Que produz?”²⁰ Estas são as indagações de Certeau ao discutir os vieses desta profissão e a relação que o historiador mantém com a sociedade presente e passada. Tais questões auxiliam nas reflexões desta pesquisa não somente no sentido de pensarmos a função do historiador e de suas obras, mas a maneira como o historiador se produz, por quem e como seu trabalho é legitimado. Ao narrarem suas trajetórias pessoais e profissionais, as historiadoras elencaram alguns atributos do ofício que para elas foram significativos no processo de “construção de si”. Para elas, a formação de um “bom historiador” prepara-o para ser “*um bom leitor crítico de pesquisas históricas*”. Este atributo permite no cotidiano de seu trabalho reconhecer os pares profissionais, elegendo e selecionando a pesquisa que se torna importante no interior da historiografia. A finalidade de ser um leitor crítico de diferentes pesquisas históricas relaciona-se às discussões que Certeau já trouxe ao pensar a maneira como um profissional da história legitima o trabalho do outro. Ou seja, faz parte do ofício a “polícia do trabalho”: caso não seja “bem recebido” pelo grupo, o livro cairá na categoria de “vulgarização” que, considerada com maior ou menor simpatia, não poderá definir um estudo como “historiográfico”.²¹ Ao lado da necessidade de ser um “bom leitor crítico”, foi mencionada também a capacidade de transitar por vários campos disciplinares, não se fixando apenas em uma abordagem analítica. Ao refletir sobre suas experiências adquiridas no processo de amadurecimento intelectual, Terpsícore revela:

Foi uma experiência maravilhosa, pois percebo que os meus alunos curtem muito a minha maturidade intelectual, a minha capacidade de passar por vários campos da história, justamente porque eu sou uma pessoa formada na História Econômica e que se abre para outras vertentes. Abro-me, cada vez mais, para o cultural, mas sem perder a perspectiva original (Terpsícore).

A outra questão apresentada nos depoimentos diz respeito à possibilidade de trazermos para esta análise a existência, no interior da operação historiográfica, de uma “escrita de si”. “Olha, o que eu posso dizer... Assim como na literatura, os autores sempre falam de si mesmo. O historiador também. Ele presta atenção em coisas pelas quais ele teve experiência”, diz Clio ao refletir sobre as articulações entre suas experiências de vida com as escolhas

²⁰ CERTEAU, Michel de. *Ibid.* p. 45.

²¹ CERTEAU, Michel, *Ibid.* p. 56.

temáticas de suas pesquisas. Cabe observar que muitos trabalhos publicados nos Estados Unidos, França e Inglaterra, pelo menos nas duas últimas décadas, analisam como as trajetórias biográficas de historiadores e historiadoras impactaram suas obras. Ainda é notável a análise não somente dos relatos, como também a forma que eles escreviam e do estilo narrativo que adotaram. Esta abordagem metodológica é muito profícua, uma vez que pouca atenção se dá aos possíveis nexos entre biografia do historiador e sua obra, e muito menos em relação ao estilo de escrita que compõe o texto. De modo geral, como afirma Fernando Novais, “quando se trata de um historiador, vai-se direto apenas à obra avaliada e às transformações causadas no campo historiográfico”²².

A possível existência de uma “escrita de si” nas escolhas de temas e pesquisas históricas, aproximada também de um “relato de si”, como vimos nos depoimentos, borram as fronteiras entre a vida do pesquisador e a suposta “neutralidade” conferida ao seu ofício. Ao pensar os atributos vinculados ao ofício do historiador, bem como as condições individuais e coletivas que constituem o “ser historiador”, Certeau provoca algumas tendências que ainda defendem a “ideologia atomista de uma profissão liberal que mantém a ficção do sujeito autor, deixando de acreditar que a pesquisa individual constrói a história”. Nesse sentido, os “relatos de si” são interessantes no sentido de observamos a maneira como estas historiadoras construíram uma reflexão de si mesmas, de seu percurso profissional e intelectual. A memória pode ser uma ferramenta útil nesta análise, pois ela possibilita que várias dimensões da vida pessoal e profissional sejam articuladas sem o filtro da suposta neutralidade que, por vezes, é associada ao nosso ofício. Sobre isto, as trajetórias profissionais das historiadoras brasileiras não nos foi narrada de maneira linear, “positivista” e objetivamente atrelada ao desencadeamento de fatos e acontecimentos institucionais que lhe foram importantes. Pelo contrário, elas apresentaram-se na forma de um percurso acidentado, no qual os temas relativos ao ofício da História se articulavam com um amplo investimento afetivo aplicado em suas carreiras:

A minha vida acadêmica é muito acidentada. Eu acho que tenho um prestígio acadêmico, sou séria, sou uma boa leitora crítica, sou uma grande estimuladora intelectual, uma grande incentivadora de talentos, sobretudo muito generosa porque ao longo da minha vida eu coloquei o poder que eu tinha em vistas das grandes causas. Então, eu acho que essa minha fama ficou por ser uma professora dedicadíssima e generosa. Então eu me tornei uma orientadora muito importante. Hoje em dia tenho registradas mais de 50 teses orientadas Por

²² NOVAIS, Fernando e SILVA, Rogerio Forastieri da (orgs.). *Nova história em perspectiva*. Vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 7-70, 2011.

exemplo, tinha aluno meu que vinha de fora e não tinha onde ficar e eu falava “fica aqui em casa” (Terpsícore).

O depoimento de Terpsícore acerca de sua própria avaliação de “sentir-se historiadora” nos revela a possibilidade de conflitarmos com a ideia, a ficção e elaboração imaginária de um sujeito autor que trabalha solitariamente em seu gabinete com seus documentos. Esta é apenas uma das facetas de um trabalho que se articula com múltiplas dimensões, incluindo aquelas que atravessam o terreno dos afetos e relações humanas. O “sentir-se historiadora” abarca, também, não somente a pesquisa em si, mas projetos que envolvem a preservação de documentos e arquivos, projetos institucionais e de associações, orientação e docência. A identidade do historiador constitui-se por sua capacidade de transformação da realidade e agenciamento no espaço público e privado também. É mais que um intelectual que desenvolve e escreve pesquisas: ele age na universidade, cria campos de discussão política, participa de grupos, constrói e amplia redes de sociabilidade e pertencimento. Todos esses movimentos, ações e experiências que ocorreram na vida destas pessoas constituem, de certa maneira, a base que fundamentou e estruturou a história como uma disciplina que possui um método de estudo de textos que lhe é próprio, que tem uma prática regular de leitura e análise de documentos.

Buscamos multiplicar o nosso campo acadêmico para além de suas imagens modelares, articulando narrativas de mulheres intelectuais que, além de produzirem e ensinarem intensamente, dedicaram-se a tantos outros objetivos em seus percursos intelectuais. Finalmente, é importante concluir que na trajetória de algumas historiadoras, por exemplo, a busca por títulos e publicações não guiou sua carreira, mas o seu trabalho com o ensino universitário e a dedicação às aulas da graduação e a iniciação científica rendeu-lhes um importante reconhecimento por parte de seus alunos e pares profissionais. Tais trajetórias possibilitam o olhar sobre a multiplicidade do campo de trabalho da história, elucidando como o prestígio e o reconhecimento podem ser construídos de outras formas e em outros círculos que superam o restritivo modelo CAPES-CNPq. Vemos aqui diferentes “perfis acadêmicos” que ampliam nossas imagens idealizadas e ultrapassadas do que deveria ser o êxito profissional intelectual e a identidade do historiador brasileiro.